



CIÊNCIA, POVOS ORIGINÁRIOS E DEFENSORES DA FLORESTA

janeiro 2023
junho 2024

**SB
PC**

CIÊNCIA, POVOS ORIGINÁRIOS E DEFENSORES DA FLORESTA

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que em julho de 2023 completará 75 anos de luta pelo aprimoramento das políticas públicas no Brasil, se orgulha de apresentar a 4ª edição de seu calendário.

Com o tema *Ciência, Povos Originários e Defensores da Floresta*, o objetivo desta edição é sinalizar o nosso reconhecimento às pessoas e instituições que lutam em defesa de territórios, da inviolabilidade de suas culturas, dos saberes e pela valorização das populações originárias brasileiras. Também buscamos alertar sobre os riscos, retrocessos e violência a que têm sido submetidos.

Fazemos, com esta publicação, um convite à sociedade brasileira para que se junte aos esforços pela proteção das nossas florestas e dos povos que as habitam. Por um meio ambiente equilibrado, pela riqueza cultural dos nossos povos e pela importância da pesquisa e difusão do conhecimento é que a SBPC segue em frente em mais um ciclo de sua atuação.



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.





Feira de produção e comemoração da conquista da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Maturuca/RR, 2009.

MARCO TEMPORAL

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, a expulsão dos povos originários dos seus territórios pelos colonizadores foi prática contínua: foram perseguidos, assassinados e caçados para serem escravizados. Muitos grupos indígenas, movidos pelo instinto de sobrevivência, deslocavam-se para outras áreas. E quando não ofereciam resistência, eram catequizados e integrados à nova sociedade, sem direito às práticas de seu modo de vida e costumes. Depois de mais de cinco séculos de espoliações, a situação dos nossos remanescentes indígenas não é diferente. A violência e os ataques cotidianos aos direitos desses povos perduram até hoje.

Com a iminência do Recurso Extraordinário nº 1.017.365 ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) neste ano de 2023, é o momento propício para se refletir sobre os direitos constitucionais e originários dos povos indígenas. A decisão servirá de parâmetro para as demarcações futuras de todas as terras indígenas. Oportunidade única para se fazer uma reparação histórica da negação e do desrespeito à existência desses povos, suas cosmovisões, bem como da diversidade étnica e cultural que representam.

A tese jurídica do Marco Temporal, defendida por ruralistas e seus representantes no Legislativo e juristas que advogam para os interesses do patronato rural, configura-se num esbulho. O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 determina que as terras indígenas devem ser demarcadas e protegidas. E esse é um direito fundamental, inalienável, indisponível e imprescritível.

JANEIRO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1 DIA MUNDIAL DA PAZ	2	3	4	5	6 ●	7
8	9	10	11	12	13	14 ☾
15	16	17	18	19	20	21 ○
22	23	24	25	26	27	28 ☾
29	30	31				

- CHEIA
- ☾ MINGUANTE
- NOVA
- ☾ CRESCENTE

MARECHAL RONDON E A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (SPI)

Militar, sertanista e descendente de europeus miscigenados com indígenas, Cândido Rondon nasceu em Mato Grosso, em 1865. Com 16 anos, ingressou no Colégio Militar no Rio de Janeiro, formando-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

Na década de 1890, participou da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, em áreas remotas, e foi responsável por integrar o então desconhecido sertão do Brasil à capital, Rio de Janeiro. Estas expedições de trabalho abriram muitas estradas, que se estenderam para as divisas do Mato Grosso com a Bolívia e Paraguai, depois Rondônia e Amazonas. Nessas incursões, travou contato com diferentes tribos indígenas como os Bororo, já então contatados, que colaboraram nas empreitadas de Rondon. Embora tenha sido adepto de uma perspectiva integracionista, em voga na época, sua conduta pacifista é ainda admirável.

O lema "Morrer se preciso for, matar nunca!" revela sua preocupação e respeito com a integridade desses povos e com a garantia de seus direitos. Seu trabalho com os indígenas resultou na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, no Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Foi um dos mentores da criação do Parque Indígena do Xingu.



Marechal Rondon conversa com indígena Bororo, apelidado de Cadete.



FEVEREIRO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
			1	2	3	4
5 ●	6	7	8	9	10	11
12	13 ☾	14	15	16	17	18
19	20 ○	21 CARNAVAL	22	23	24	25
26	27 ☾	28				



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

IRMÃOS VILLAS BÔAS

Uma das principais ambições do Estado Novo, regime político brasileiro implantado por Getúlio Vargas em 1937, era repetir a sanha colonizadora dos bandeirantes, ocupando e submetendo o interior do território brasileiro. Durante a Marcha para o Oeste, os irmãos Villas Bôas iniciaram sua jornada pelo sertão do Brasil. A expedição Roncador-Xingu abriu as portas do universo indigenista para os jovens recém-saídos de São Paulo.

Diferentemente da maior parte de seus contemporâneos, os irmãos Claudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas não viram no indígena um empecilho a ser superado ou subjugado para o desenvolvimento nacional. Pelo contrário, foram pioneiros da sociedade não indígena a defender as populações originárias como a maior riqueza a ser preservada pelo país, em absoluta consonância com o meio ambiente que as permite subsistir. Foram defensores da proteção, autonomia e direitos dos povos indígenas. O “progresso sem destruição” tornou-se uma das principais marcas dos mais de 42 anos de atuação dos irmãos no sertão brasileiro.

Os esforços dos Villas Bôas legaram ao Brasil uma política indigenista mais avançada, centenas de quilômetros de matas e rios percorridos, marcos de coordenadas, vilas e municípios, além do Parque Indígena do Xingu, uma das maiores conquistas da luta indigenista brasileira.



MARÇO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
			1	2	3	4
5	6	7 ●	8	9	10	11
12	13	14 ☾	15	16	17	18
19	20	21 ○	22	23	24	25
26	27	28 ☾	29	30	31	



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

PARQUE INDÍGENA DO XINGU

A proposta de criação do Parque Nacional do Xingu, em 1952, teve como intuito a preservação do ambiente e das populações indígenas que nele habitam. Participaram vários atores: irmãos Villas Bôas, Marechal Rondon, Darcy Ribeiro, Noel Nutels e o ex-presidente Café Filho. Foi a primeira terra indígena homologada no Brasil pelo então presidente Jânio Quadros, em 1961.

Originalmente, previa-se uma área muito maior que a atual, localizada na região nordeste do estado de Mato Grosso, num território que abarca os biomas da Amazônia e do Cerrado, com extensa diversidade e cortada por diversos rios que formam o rio Xingu. Em 1967 passou a ser designado Parque Indígena do Xingu (PIX).

Orlando Villas Bôas dirigiu o parque por 17 anos, desde sua criação, e foi o responsável por estabelecer um programa de assistência médica e sanitária com a Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que perdura até hoje. O PIX conta com três Unidades Básicas de Saúde (UBS) e um Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-Xingu), criado em 1999. Comporta, ainda, 36 escolas e a Associação Terra Indígena do Xingu, criada em 1994, que zela pelos interesses de toda a comunidade e pela integridade do território. Atualmente, o PIX abriga 16 etnias com sete famílias linguísticas e é reconhecido mundialmente por sua sociobiodiversidade ímpar.



Cenas do dia a dia, Parque Indígena do Xingu, MT, c.1975.

ABRIL 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
						1
2	3	4	5	6 ●	7 SEXTA FEIRA SANTA	8
9	10	11	12	13 ☾	14	15
16	17	18	19	20 ○	21 TIRADENTES	22
23 / 30	24	25	26	27 ☾	28	29



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

ORGANIZAÇÕES EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA



Missionários e indígenas a caminho da 10ª Assembleia de Chefes Indígenas, na aldeia do povo Tapirapé (MT). Do Cimi, Dom Pedro Casaldáliga e Marlene Castro Ossami de Moura.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi criado em 1972 para fazer frente ao projeto desenvolvimentista nacional do período da ditadura militar, que preconizava, inclusive, a integração dos povos indígenas à sociedade brasileira não indígena.

Os direitos das populações indígenas passam a ser a base de luta da entidade recém-criada:

o reconhecimento e a preservação dos territórios por eles habitados e a manutenção da diversidade sociocultural desses povos.

Com quase duas centenas de missionários e outros profissionais na sua estrutura, subdivididos em 11 regionais que abrangem 26 estados brasileiros, atua junto a 180 povos indígenas, de acordo com as especificidades locais e os problemas que enfrentam. Para tanto, conta com a assessoria de equipes na área antropológica, jurídica e de comunicação. Com o objetivo de dar visibilidade às lutas dos povos originários, publica, a partir de setembro de 1972, o Boletim do Cimi e, desde 1979, o jornal Porantim.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

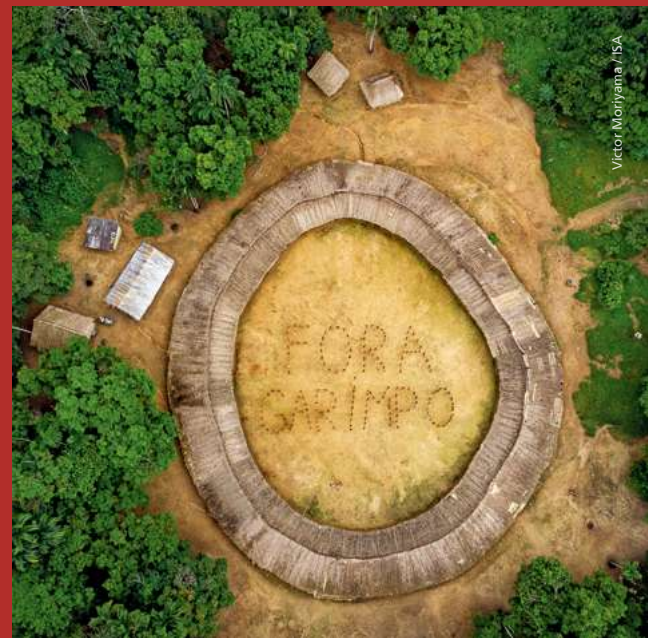
Criado em 1994, o Instituto Socioambiental (ISA) é fruto da fusão de outras duas instituições com extenso lastro de atuação na defesa dos direitos indígenas. Sua fundação amplia o campo de ação junto às populações tradicionais (extrativistas e quilombolas), visando a proteção dos territórios que ocupam e o fortalecimento das suas culturas e dos saberes tradicionais. Atua em quatro estados brasileiros de abrangência da Amazônia Legal e no Vale do Ribeira no estado de São Paulo.

Com uma equipe multidisciplinar de colaboradores, monitora as ameaças contínuas que pairam sobre as Terras Indígenas e Unidades de Conservação em todo o país e trabalha em consonância com lideranças indígenas e comunidades ribeirinhas e extrativistas.

Também elabora planos e soluções inovadoras no enfrentamento dos frequentes desafios para a preservação da integridade desses territórios, da imensa diversidade socioambiental e cultural e da segurança alimentar desses povos e comunidades.

Décadas de estudos e pesquisas consolidaram o ISA como referência nacional e internacional sobre o assunto, consagrando-o como instrumento de formulação de políticas públicas para a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Lideranças Yanomami e Ye'kuana se manifestam contra garimpo em suas terras durante o primeiro Fórum de Lideranças da TI Yanomami.



Victor Moriyama / ISA

MAIO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1 DIA DO TRABALHO	2	3	4	5 ●	6
7	8	9	10	11	12 ☾	13
14	15	16	17	18	19 ○	20
21	22	23	24	25	26	27 ☾
28	29	30	31			



OS INDÍGENAS E A DITADURA MILITAR

Sob o lema “integrar para não entregar”, a ditadura militar retomou o projeto desenvolvimentista de ocupação do interior do território brasileiro. Não interessavam apenas as terras ao governo, mas a integração das populações indígenas para que fossem convertidas em “mão de obra”. Foi assim que, a partir de 1964, um rastro de terror marcou o percurso de estradas e hidrelétricas construídas em cima da destruição do meio ambiente e das culturas nele estabelecidas.

Em 1967, a pedido do Ministério do Interior brasileiro, o procurador Jader de Figueiredo Correia produziu um extenso relatório em que descrevia a situação a que vinham sendo submetidos os indígenas em diversas regiões do Brasil, pelo SPI e proprietários de terras, desde os anos de 1940. O resultado é um conjunto de mais de sete mil páginas descrevendo crimes de tortura, assassinato, violência sexual, escravidão, inoculação proposital de doenças, espoliação e privação de direitos. Embora tenha resultado no encerramento do SPI, o documento não ensinou melhores práticas do governo para com os indígenas, pelo contrário, a violência contra esses povos recrudescer gravemente depois dele.

Exemplo disso é a criação em 1969 da Guarda Rural Indígena (Grin) e do Reformatório Krenak. O primeiro buscava formar milícias indígenas para manutenção da “ordem” nos aldeamentos. O registro em vídeo da primeira formatura da Grin apresenta o desfile de um indígena pendurado num “pau de arara”, única vez em que oficialmente o governo assumiu essa prática, sinalizando o tipo de “formação” que haviam recebido. Já o Reformatório Krenak, considerado um crime contra a humanidade, tinha por objetivo aprisionar indígenas insubordinados ou considerados inconvenientes por muitos motivos. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), estabelecida em 2011, confirmou muitos desses crimes e cobrou das autoridades públicas medidas para que não se repitam.

JUNHO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
				1	2	3
4 ●	5	6	7	8 CORPUS CHRISTI	9	10 ☾
11	12	13	14	15	16	17
18 ○	19	20	21	22	23	24
25	26 ☾	27	28	29	30	



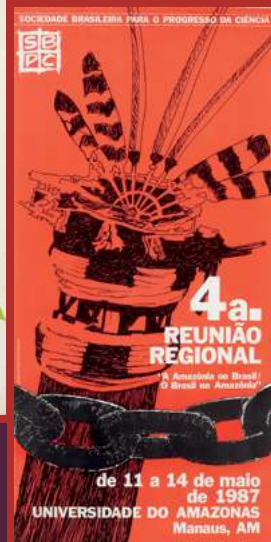
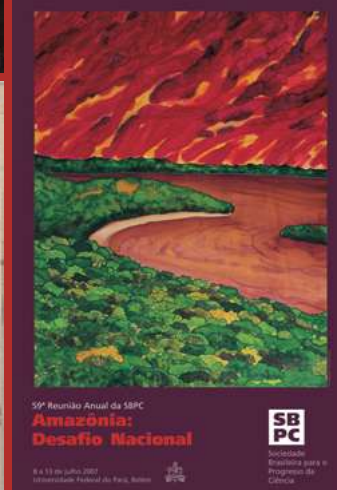
Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

75 ANOS DA SBPC

Fundada em 8 de julho de 1948, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se orgulha muito dos seus 75 anos de história. Esses anos carregam consigo a criação de três periódicos de divulgação científica, um deles agraciado com dois prêmios José Reis e um Kalinga (UNESCO). São 75 reuniões anuais já realizadas, o maior evento científico da América Latina, além de muitas reuniões regionais, diversas publicações, premiações e campanhas em prol da educação, meio ambiente e política científica.

Durante a Constituinte de 1988, a SBPC empenhou-se em articular a comunidade científica em torno de propostas para a elaboração da Carta Magna. O resultado desse esforço foi a proibição de armas nucleares e a contribuição para os capítulos dos povos indígenas, do meio ambiente, da educação e ciência & tecnologia. Esse último, incentivador da criação de fundações de amparo à pesquisa e do seu financiamento. Depois das constituintes estaduais, também com a participação da entidade, 21 estados da Federação passaram a contar com agências financiadoras de pesquisa.

Mais do que lutar por investimento em ciência, acessibilidade e difusão do conhecimento, educação pública de qualidade e um meio ambiente equilibrado, a SBPC buscou demonstrar que nada disso é possível sem participação social e redução das desigualdades. Nesse sentido, a entidade também se notabilizou pela humanização da agenda acadêmica e pelo engajamento em assuntos antes evitados pelos cientistas. Assim, a SBPC chega aos seus 75 anos contando com 3.184 sócios, 12 sócios institucionais, 170 sociedades científicas afiliadas e uma determinante atuação pelo aprimoramento das políticas públicas no Brasil.



JULHO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
						1
2	3 ●	4	5	6	7	8
9 ☾	10	11	12	13	14	15
16	17 ○	18	19	20	21	22
23 / 30	24 / 31	25 ☾	26	27	28	29

8 DE JULHO: FUNDAÇÃO DA SBPC/ DIA NACIONAL DA CIÊNCIA/ DIA NACIONAL DO PESQUISADOR



FUNAI

A Fundação Nacional do Índio (Funai) é o órgão coordenador e principal executor da política indigenista no Brasil. Criada durante a ditadura militar em 1967, teve sua atuação regulada pela criação do Estatuto do Índio em 1973. Nesse período, esteve mais ligada à garantia dos interesses do governo brasileiro do que à proteção dos direitos e integridade dos indígenas. Apesar disso, sua criação, assim como a do Estatuto, possibilitou ao Estado garantir mais direitos às populações originárias por todo o Brasil.

Desde então, figuras fundamentais do movimento indigenista brasileiro uniram-se aos quadros do órgão, dando a ele credibilidade e acumulando iniciativas de grande sucesso. A presença de quadros técnicos, desde a presidência até os servidores, mostrou-se como um dos principais elementos para o êxito de suas ações, além da disponibilização de recursos e criação de políticas públicas.

A experiência desses mais de 55 anos de existência demonstra que a Funai tem um imenso potencial de atuação e serviço. No entanto a qualidade e a efetividade desse trabalho ficam ainda muito condicionadas aos propósitos do governo federal, que desfavorece os indígenas e as populações ribeirinhas quando não compreende as funções do órgão. Ainda assim, seus escritórios locais espalhados por todo o Brasil abrigam o dedicado trabalho de muitos servidores que, a despeito dos interesses governamentais, dedicam-se à proteção dos indígenas brasileiros. O comando e exercício da Funai deve ser objeto de constante vigilância da sociedade brasileira.

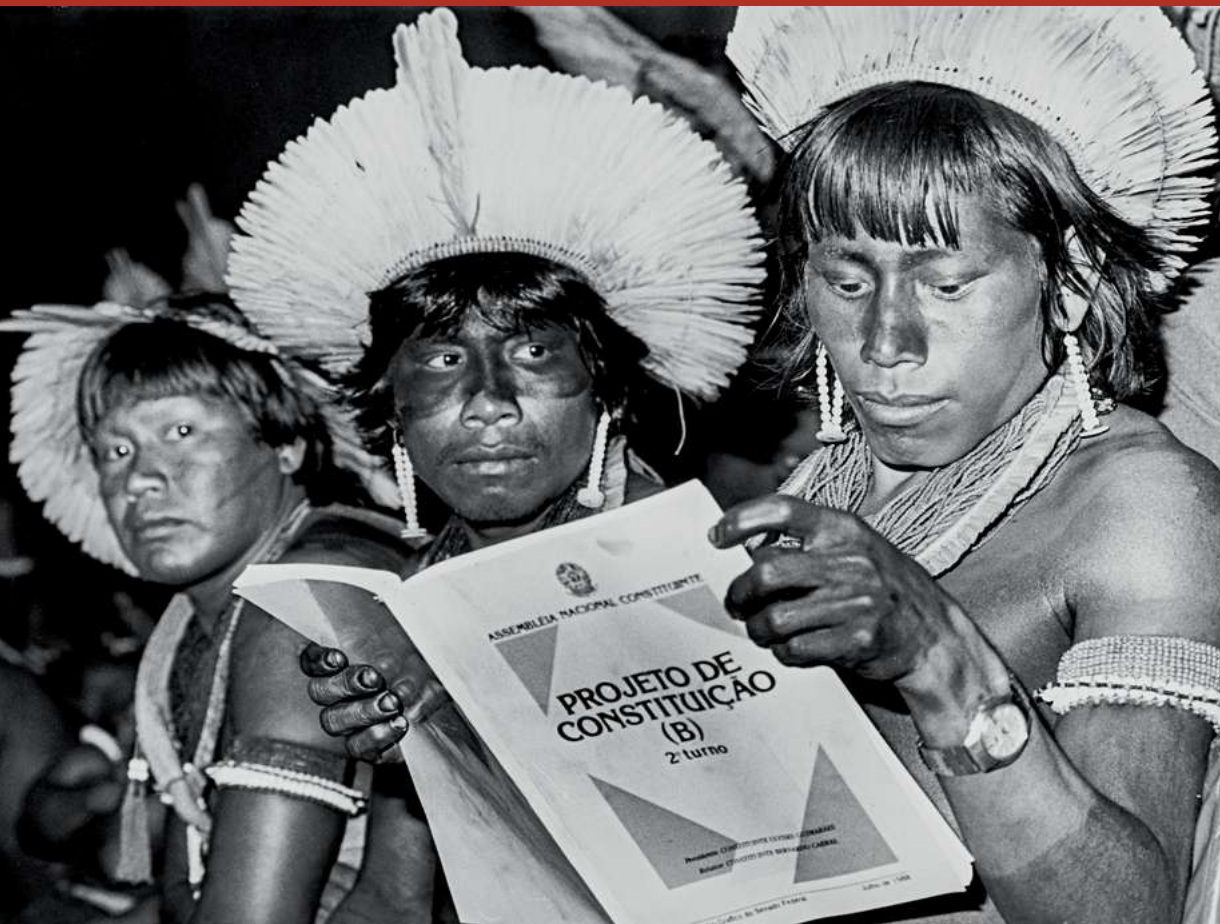
Placa de demarcação da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, em Rondônia, crivada de balas.

AGOSTO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
		1	2	3 ●	4	5
6	7	8	9 ☾	10	11	12
13	14	15	16	17 ○	18	19
20	21	22	23	24	25 ☾	26
27	28	29	30 ●	31		



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



INDÍGENAS NA CONSTITUINTE DE 1988

A presença de lideranças e representantes indígenas no processo constituinte de 1988 foi muito marcante. O cacique Raoni Metuktire, assim como empenhados indígenas Kayapó e Xavante, era presença constante nos corredores da Assembleia. Buscava-se, na oportunidade de elaboração de uma nova carta constitucional, reparar equívocos das cartas anteriores e ampliar o resguardo legal aos direitos dos povos indígenas. E, de fato, muitas conquistas foram consolidadas na constituição federal.

O dito capítulo “Dos Índios” foi resultado do trabalho colegiado entre várias entidades, especialistas e representantes indígenas. A SBPC foi proponente da Emenda Popular 40, que foi vitoriosa, em parceria com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), contribuindo para o texto do capítulo. A emenda foi defendida por Ailton Krenak na Assembleia Constituinte, em um determinante discurso em que o líder indígena expressou seu luto pintando o rosto com tinta de jenipapo.

Entre as principais conquistas expressas no texto constitucional estão o fim da tutela dos indígenas pelo Estado, sua emancipação jurídica, a obrigatoriedade da demarcação de terras e o direito à preservação de seus saberes e modos de viver.

SETEMBRO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
					1	2
3	4	5	6 	7 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	8	9
10	11	12	13	14 	15	16
17	18	19	20	21	22 	23
24	25	26	27	28	29 	30



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI (CCPY)

Fundada no final da década de 1970, a Comissão para Criação do Parque Yanomami (CCPY), uma organização não governamental brasileira sem fins lucrativos, tinha como objetivo a defesa dos direitos territoriais, culturais e civis do povo Yanomami. Ao longo de 13 anos, foi intensa e árdua a campanha de difusão de informações para sensibilizar o Estado brasileiro, os organismos internacionais, a opinião pública, os órgãos federais etc. da necessidade de preservação da área habitada pelos Yanomami, vital para sua sobrevivência.

A atuação da CCPY foi determinante para a demarcação da TI Yanomami em 1991 e sua posterior homologação em 1992, compreendendo uma área de 96,5 mil quilômetros quadrados no nordeste do estado do Amazonas e parte de Roraima. Conquistado o primeiro objetivo, na década de 1990 a CCPY passa a atuar em outras frentes para restabelecer uma rede de assistência sanitária e saúde indígena, desmontada com a invasão de garimpeiros na segunda metade dos anos 1980. Desenvolve também um programa de educação indígena em três frentes dentro da TI, que conta atualmente com 35 escolas, além de um programa de gestão ambiental que visa assegurar os recursos naturais e um programa de capacitação e qualificação de indígenas para que sejam os próprios defensores e representantes de seus direitos.

Claudia Andujar / Cortesia Galeria Vermelho



Yanomami, Amazonas, 1974.

OUTUBRO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1	2	3	4	5	6 	7
8	9	10	11	12 NOSSA SENHORA APARECIDA	13	14 
15	16	17	18	19	20	21
22 	23	24	25	26	27	28 
29	30	31				



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

POVOS ISOLADOS

O Brasil concentra o maior número de povos isolados do mundo. Relatório da Funai de 2017 contabiliza a existência de 115 registros de povos não contactados, sendo 28 deles confirmados e o restante em investigação. O isolamento voluntário desses povos, que resistem ao contato até com outros grupos indígenas, é fruto da violência contínua a que seus antepassados foram submetidos ao longo da história. Essas ações determinaram o deslocamento de grupos indígenas para regiões recônditas da Floresta Amazônica e outras áreas remanescentes de florestas de difícil acesso. Só no Vale do Javari (AM) há registros de 19 povos com línguas e costumes desconhecidos. Fora da Amazônia Legal, o grupo isolado dos Avá-Canoeiro ocupa porções do Tocantins, Goiás e Bahia.

Mais recentemente, até mesmo Terras Indígenas já demarcadas e homologadas pela União são alvos de constantes violações promovidas por grileiros, desmatadores, garimpeiros, madeireiros, caçadores e pescadores. O narcotráfico também é uma ameaça à integridade dos isolados nas regiões fronteiriças do Brasil com outros países da América do Sul. Vigora no Brasil desde 1987 a mais antiga política pública voltada para povos isolados. Elaborada por sertanistas, antropólogos e servidores da Funai, tem como princípio evitar ao máximo a aproximação para garantir a sobrevivência e o direito ao isolamento desses povos.

A atual política indigenista, com a precarização da atuação da Funai, a naturalização da violência contra os povos indígenas e a desregulamentação ambiental, contraria os preceitos constitucionais do artigo 231 da Constituição de 1988 e configura uma ameaça à sua sobrevivência e direitos.



Ricardo Beliel

NOVEMBRO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
			1	2 FINADOS	3	4
5 ☾	6	7	8	9	10	11
12	13 ○	14	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	16	17	18
19	20 ☾	21	22	23	24	25
26	27 ●	28	29	30		



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



Marcha Emergência Indígena – Mobilização Nacional dos Povos Indígenas,
18º Acampamento Terra Livre (ATL), Brasília / DF, 2022.

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

As organizações indígenas, que surgiram a partir da década de 1980, tiveram origem nas mais de 50 assembleias realizadas por povos originários, entre 1974 e 1984, em diferentes estados da federação. A primeira delas, em 1974, foi realizada em Diamantino (MT) e a última em Rio Branco (AC), em 1984. Nelas, os representantes de diferentes povos pautavam temas relacionados à questão indígena: direitos territoriais, saúde, educação, devastação de recursos naturais, projetos de desenvolvimento e agrícolas, autodeterminação e organização indígena, além de questões relacionadas à Funai, que desde sua criação era dirigida por militares que, flagrantemente, não atuavam na defesa dos direitos dos povos originários.

Essas assembleias revelam a constante evolução do processo organizativo do movimento indígena, criando “condições de surgimento de uma política indígena, divergente da política indigenista oficial”. Ali também surgiram os interlocutores dos povos indígenas: lideranças que, tendo como instrumento os documentos finais ou declarações formuladas nessas assembleias, passam a dialogar com os representantes da sociedade nacional.

A aliança étnica dos povos indígenas resultou na criação de várias organizações regionais e nacionais, algumas atuantes até hoje na defesa dos direitos dos povos originários:

- **União das Nações Indígenas (UNI)** em 1980;
- **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)** em 1987;
- **Conselho Indígena de Roraima (CIR)** em 1987;
- **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)** em 1989;
- **União Nacional Indigenista (UNI-TEFÉ)** em 1989;
- **Conselho Geral da Tribo Sataré-Mawé (CGTSM)** em 1990;
- **Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB)** em 1992;
- **Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)** em 1995;
- **Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão** em 2003 e
- **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)** em 2005.

DEZEMBRO 2023

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
					1	2
3	4	5 ☾	6	7	8	9
10	11	12 ○	13	14	15	16
17	18	19 ☾	20	21	22	23
24 / 31	25 NATAL	26 ●	27	28	29	30



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



CHICO MENDES

Filho de migrantes cearenses que, como outros nordestinos, acorreram para a Amazônia do final do século XIX a meados do século XX, nasceu na floresta, no interior do estado do Acre. Território de sonhos, os que ali viveram, e posteriormente nasceram e cresceram, forjaram com suas esperanças e vivências uma nova identidade social, econômica e cultural.

Chico Mendes, fruto da especificidade desse território, compreendeu a floresta como imenso potencial de recursos e fonte de sustentabilidade sem, no entanto, destruí-la. Com seu ativismo sindical a partir de 1975, a organização dos seringueiros para impedir a derrubada da floresta e a luta da posse da terra pelos nativos (posseiros), conquistou notoriedade internacional, antes mesmo do reconhecimento no seu próprio país. A maioria dos que adentravam a floresta o faziam para devastá-la e estabelecer projetos agropecuários facilitados pela especulação fundiária promovida pelo regime militar. Tornaram-se os inimigos naturais daqueles que preferiam preservá-la em pé, contemplando a subsistência de todos aqueles que ali habitavam há décadas.

Em 1985, liderou o 1º Encontro Nacional de Seringueiros, no qual se concebeu a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e resultou também na proposta da União dos Povos da Floresta, que congregaria populações indígenas, populações ribeirinhas e a criação de reservas extrativistas para a Amazônia.

Em dezembro de 1988, foi assassinado por aqueles que defendiam a floresta aniquilada.

Rio Branco / AC, 1984.

JANEIRO 2024

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1 DIA MUNDIAL DA PAZ	2	3	4 ☾	5	6
7	8	9	10	11 ○	12	13
14	15	16	17	18 ☾	19	20
21	22	23	24	25 ●	26	27
28	29	30	31			



04 DE JANEIRO: CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE CAROLINA BORI

25 DE JANEIRO: 90 ANOS DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



Acervo CPT / Anapu*

DOROTHY STANG

A religiosa católica Dorothy Mae Stang nasceu em 1931, no estado norte-americano de Ohio, onde conheceu e se integrou à Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, em 1948. Ordenada, irmã Dorothy lecionou em diversas escolas dos Estados Unidos até ser enviada ao Brasil em 1966. Iniciou seu trabalho missionário no país em Coroaá, Maranhão, e naturalizou-se brasileira.

Nos anos de 1970, partiu para a região Amazônica do Xingu, no Pará, com o intuito de acompanhar o movimento migratório de trabalhadores nordestinos que buscavam oportunidades nas áreas adjacentes da recém-inaugurada rodovia transamazônica. Lá enfrentou a tragédia fundiária que assolava a região, colocando-se a serviço dos mais pobres e da luta camponesa. Integrou, desde a sua fundação em 1973, a Comissão Pastoral da Terra (CPT/CNBB).

Irmã Dorothy chegou ao município de Anapu, no Pará, em 1982, e empenhou-se na educação para os direitos dos agricultores mais carentes da região. Dessa forma, pretendia emancipá-los para que eles próprios recorressem às leis e instituições de proteção contra a exploração do trabalho e do meio ambiente. Assim, organizou os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que consistiam na distribuição social de terras associada à preservação ambiental. Viu o PDS Esperança e o PDS Virola-Jatobá serem reconhecidos pelo governo federal, o que atraiu o ódio de grandes fazendeiros, madeireiros e autoridades locais. A Irmã foi considerada *persona non grata* nesse mesmo ano pela Câmara de Vereadores de Anapu.

Em 12 de fevereiro de 2005, aos 73 anos, foi covardemente assassinada com seis tiros, encomendados por um complô de fazendeiros da região. Segundo dados da CPT, os conflitos por terra vitimaram 23 trabalhadores rurais da região depois disso.



FEVEREIRO 2024

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
				1	2 	3
4	5	6	7	8	9 	10
11	12	13 <small>CARNAVAL</small>	14	15	16 	17
18	19	20	21	22	23	24 
25	26	27	28	29		



Acervos familiares



BRUNO PEREIRA, DOM PHILLIPS E MAXCIEL PEREIRA DOS SANTOS

O servidor da Funai Maxciel Pereira dos Santos foi morto com dois tiros na nuca enquanto dirigia uma moto na cidade de Tabatinga, no Amazonas, em setembro de 2019. O crime, motivado pela atuação de Maxciel em defesa dos territórios indígenas, não foi objeto de investigação adequada, sinalizando a conivência das autoridades federais para com a grave situação de perigo a que estão submetidos defensores ambientais e indigenistas no país.

Nos últimos anos, o Brasil assistiu ao recrudescimento da violência contra ativistas ambientais e sociais. Segundo o relatório “A última linha de defesa”, produzido em 2020 pela ONG Global Witness, o Brasil ocupa a quarta posição mundial no número de pessoas mortas por defenderem seus territórios, o direito à terra, seus meios de subsistência e o meio ambiente. Foram 227 mortes naquele ano, mas o número pode ser ainda muito maior.



Em 5 de junho de 2022, o mundo ficou estupefato com os assassinatos do indigenista da Funai Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips. Os dois foram mortos enquanto se deslocavam pelo rio Ituí, na região do Vale do Javari no Amazonas, onde Dom produzia entrevistas para um livro sobre a Amazônia. Bruno era ameaçado há muito tempo por conta de sua atuação em defesa dos interesses indígenas. A atenção internacional dada ao caso contrasta com a alarmante frequência desse tipo de crime e com a inação do Estado para evitá-los.

MARÇO 2024

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
					1	2
3 ☾	4	5	6	7	8	9
10 ○	11	12	13	14	15	16
17 ☾	18	19	20	21	22	23
24 / 31	25 ●	26	27	28	29 <small>SEXTA FEIRA SANTA</small>	30



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

PAULO VANZOLINI

Em 28 de abril de 2024 celebramos o centenário de nascimento do pesquisador, zoólogo e compositor Paulo Emílio Vanzolini. Formado em Medicina pela Universidade de São Paulo, foi na Zoologia que Vanzolini construiu sua carreira. Além de importante pesquisador e professor e um dos idealizadores da Fapesp, foi diretor do Museu de Zoologia da USP por 30 anos, tendo colaborado para que o seu acervo se tornasse um dos mais significativos do mundo.

Nas numerosas excursões científicas que realizou por todo o Brasil, foi responsável por identificar e catalogar uma diversidade de animais, especialmente no campo da herpetologia. Destaca-se a Expedição Permanente à Amazônia, realizada entre 1967 e 1981 por Vanzolini e outros pesquisadores, e suas contribuições fundamentais ao reconhecimento daquele território. Em parceria com a SBPC, trabalhou pelo aprimoramento da lei de expedições científicas brasileira.

Nas muitas viagens que realizou, além da identificação de fauna e flora, Vanzolini recolheu uma diversidade de canções de domínio popular, sempre comprometido a difundi-las, reconhecendo sua origem e a indeterminação de autoria. Também compôs diversos sambas, entre eles “Ronda”, considerado um símbolo da cidade de São Paulo. Essa multiplicidade de facetas, que vão do cientista ao sambista boêmio, passando pelo folclorista e historiador natural, é marcante de uma obra relevante em muitos domínios da ciência e uma contribuição fundamental para a floresta e cultura brasileira.



ABRIL 2024

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1	2 	3	4	5	6
7	8 	9	10	11	12	13
14	15 	16	17	18	19	20
21 <small>TIRADENTES</small>	22	23 	24	25	26	27
28	29	30				



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



LIDERANÇAS INDÍGENAS HISTÓRICAS

A partir das décadas de 1970 e 1980, representantes de diversos povos indígenas brasileiros passam a se destacar pelo engajamento na defesa dos seus direitos originários. Homens e mulheres de diferentes etnias ganham protagonismo e reconhecimento nacional e internacional. Muitos deles pagaram com a vida o preço da luta pesada que abraçaram. Dentre muitos, destacamos:

- **Ailton Krenak**, povo Krenak (MG);
- **Alvaro Tukano**, povo Tukano (AM);
- **Davi Kopenawa**, povo Yanomami (AM e RR);
- **Francisco Piyãko**, povo Ashaninka (AC);
- **Jacir de Souza Makuxi**, povo Makuxi (RR);
- **Marçal de Souza Tupã-Y**, povo Guarani-nhandeva (MS);
- **Marcos Terena**, povo Terena (MS, MT e SP);
- **Marcos Verón**, povo Guarani-Kaiowá (MS);
- **Mario Juruna**, povo Xavante (MT);
- **Raoni Metuktire**, povo Kayapó (MT e PA);
- **Rosalino Gomes de Oliveira**, povo Xakriabá (MG) e
- **Xicão Xukuru**, povo Xukuru (PE)

Cacique Raoni com o Papa Francisco no Vaticano, em 27 de maio de 2019.



MAIO 2024

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
			1 <small>DIA DO TRABALHO</small> ☾	2	3	4
5	6	7	8 ○	9	10	11
12	13	14	15 ☾	16	17	18
19	20	21	22	23 ●	24	25
26	27	28	29	30 <small>CORPUS CHRISTI</small> ☾	31	



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



Sônia Guajajara

LIDERANÇAS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS

As atuais lideranças indígenas herdaram a resistência e as lutas atávicas de seus ancestrais. Muitos cursaram universidades e se sobressaem em várias áreas do conhecimento, ampliando seus direitos na sociedade brasileira, como qualquer cidadão, além de travar os bons combates na defesa dos povos indígenas. Destacamos algumas das lideranças indígenas contemporâneas, entre tantos outros que se distinguem no cenário nacional:

- **Beto Marubo**, amazonense, coordenador técnico da União dos Povos do Vale do Javari (UNIVAJA).
- **Célia Xakriabá**, mineira, eleita deputada federal para a legislatura 2023-2026.
- **Chirley Pankará**, pernambucana, cumpriu mandato coletivo na Assembleia Legislativa de São Paulo de 2019 a 2022.
- **Daiara Tukano**, amazonense, artista plástica reconhecida no Brasil e no exterior.
- **Daniel Munduruku**, paraense, autor de mais de 50 livros, recebeu vários prêmios nacionais e internacionais, entre eles o Prêmio Jabuti.
- **Gersem Baniwa**, amazonense, professor universitário.
- **Joênia Wapichana**, roraimense, foi eleita deputada federal para a legislatura 2018-2022.
- **Myrian Krexu**, catarinense (povo Guarani Mbya), médica e primeira cirurgiã cardiovascular indígena do Brasil.
- **Renata Machado Tupinambá**, baiana, jornalista, foi uma das fundadoras, em 2013, da Rádio Yandê, primeira rádio online indígena do Brasil.
- **Sônia Guajajara**, maranhense (povo Guajajara-Tenetehara), eleita deputada federal pelo estado de São Paulo em 2022, integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).
- **Txai Suruí**, ativista indígena do povo Paiter Suruí, fundadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia.

JUNHO 2024

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
						1
2	3	4	5	6 	7	8
9	10	11	12	13	14 	15
16	17	18	19	20	21 	22
23 / 30	24	25	26	27 	28	29



2024

JANEIRO

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

FEVEREIRO

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

MARÇO

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24 ^{/31}	25	26	27	28	29	30

ABRIL

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

MAIO

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

JUNHO

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23 ^{/30}	24	25	26	27	28	29

JULHO

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

SETEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

OUTUBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

NOVEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DEZEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

Rua Maria Antonia 294
4º andar Vila Buarque
cep 01222.010 São Paulo SP

Visite o nosso site:
www.sbpnet.org.br

Siga-nos em nossas redes sociais:
[@sbpcnet](https://www.instagram.com/sbpnet)



A ARTE DOS GRAFISMOS UTILIZADOS NESTE
CALENDÁRIO FOI PRODUZIDA PELO POVO HUNI KUIN
E CEDIDA PARA ESTA PUBLICAÇÃO PELA CORTESIA DE
IBÁ HUNI KUIN E DO COLETIVO MAHKU.

* TODOS OS ESFORÇOS FORAM FEITOS PARA SE
DETERMINAR A AUTORIA DAS FOTOS. LOCALIZADO O
AUTOR, A SBPC PRONTAMENTE SE DISPÕE A CREDITÁ-
LO EM FUTURAS EDIÇÕES. DIREITOS RESERVADOS.

DIRETORIA DA SBPC GESTÃO 2021-2023

RENATO JANINE RIBEIRO
PRESIDENTE

FERNANDA ANTONIA DA FONSECA SOBRAL
PAULO EDUARDO ARTAXO NETTO
VICE-PRESIDENTES

CLAUDIA LINHARES SALES
SECRETÁRIA GERAL

MIRIAM PILLAR GROSSI
LAILA SALMEN ESPÍNDOLA
FRANCILENE PROCÓPIO GARCIA
SECRETÁRIAS

MARIMÉLIA APARECIDA PORCIONATTO
PRIMEIRA TESOUREIRA

ANA TEREZA RIBEIRO DE VASCONCELOS
SEGUNDA TESOUREIRA

PESQUISA E ORGANIZAÇÃO CALENDÁRIO SBPC 2023/2024

ÁUREA GIL
COORDENADORA CMAIH / SBPC

BRUNO ROMA
CMAIH / SBPC

MURILO HENRIQUE VIEIRA DA SILVA
CMAIH / SBPC

ROSÂNGELA P. BATISTA
REVISÃO DE TEXTO

ESTÊVÃO R. FERNANDES
CONSULTORIA

FONTE DESIGN
PROJETO GRÁFICO